

Pan-Americana e Ibérica de Sociedades de Medicina Crítica e Terapia Intensiva (FEPIMCTI)

Nomeado para a direcção do Colégio da Especialidade de Medicina Interna da Ordem dos Médicos, para os triénios 2000-2002, 2003-2005 e 2006-8. Membro do Conselho Nacional para Avaliação da Formação da Ordem dos Médicos desde 2004, com recondução daquelas funções pelo CNE, em Abril de 2005 e em Agosto de 2008.

Membro efectivo da Sociedade Portuguesa de Medicina Interna e, desde Novembro de 1992 e até 2002, integrando o Secretariado do Núcleo de Estudos de Cuidados Intensivos daquela Sociedade.

Inscrito na Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos (SPCI), eleito como vogal da direcção e posteriormente (1998), nomeado vice-presidente daquela Sociedade para o período 1997-1999. Eleito como vogal da direcção da SPCI para os mandatos 2000-2002 e 2003-2005.

Membro ordinário da European Society of Intensive Care Medicine.

Ana Maria da Mota Soares.

Data de nascimento: 13 de Maio de 1957.

Graus académicos:

Curso geral de Enfermagem na Escola Superior de Enfermagem S. José de Cluny, Funchal — Madeira. Ano de conclusão 1981;

Curso de especialização na área de Saúde Mental e Psiquiátrica da Escola Superior de Enfermagem Maria Fernanda Resende, Lisboa. Ano de conclusão 1988;

Mestrado em Ciências de Enfermagem da Universidade Católica Portuguesa, Lisboa. Ano de conclusão 1997.

Funções desempenhadas:

Enfermeira: 1981 a 1989:

Hospital Júlio de Matos, pavilhão A, mulheres, de Novembro de 1981 a Maio de 1982;

Hospital de Santa Marta, serviço de cardiologia — enfermaria mulheres; unidade de cardiologia pediátrica;

Unidade de cuidados intensivos de cardiologia; serviço de cirurgia cardiotorácica — enfermaria homens;

Enfermeira graduada: 1989 a 1991:

Hospital de Santa Marta, Serviço de cirurgia cardiotorácica — enfermaria homens; serviço de medicina interna — enfermaria mulheres;

Enfermeira especialista: 1991 a 1995:

Serviço de medicina interna — enfermaria mulheres; serviço de cirurgia geral e vascular — enfermaria mulheres;

Enfermeira-chefe: 1995 a 1998:

Consulta externa de cardiologia;

De Maio de 1998 a Janeiro de 2005:

Enfermeira-chefe da unidade de cuidados intensivos e laboratório de hemodinâmica do Hospital de Santa Marta;

A partir de Novembro de 2003 acumulou funções de enfermeira-coordenadora do serviço de cardiologia do Hospital de Santa Marta.

Funções que exerce actualmente:

Desde Janeiro de 2006 exerce funções de enfermeira-directora do Hospital de Santa Marta, E. P. E.;

A partir de Março de 2006 acumula as mesmas funções no Centro Hospitalar de Lisboa — Zona Central e Hospital de D. Estefânia;

Em 1 de Março de 2007 foi nomeada para o conselho de administração do Centro Hospitalar de Lisboa Central, E. P. E.

203637949

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13920/2010

Considerando que, por meu despacho de 5 de Janeiro de 2010, foi autorizada a abertura de um procedimento de concurso público internacional para a aquisição de um sistema de informação integrado de suporte para a gestão de recursos humanos do Ministério da Defesa Nacional;

Considerando que da análise do processo resulta que foram cumpridos todos os requisitos e trâmites processuais exigidos por lei;

Considerando a fundamentação apresentada pelo júri no relatório final do procedimento;

Nos termos das disposições conjugadas dos artigos 73.º e 76.º e do n.º 4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e do artigo 34.º do programa do procedimento (PP), e ainda com fundamento no artigo 109.º do CCP:

Determino:

1 — A adjudicação à concorrente NOVABASE da aquisição do sistema de informação integrado de suporte para a gestão de recursos humanos do Ministério da Defesa Nacional, pelo preço global de € 650 000,01, excluindo IVA.

2 — A delegação no secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, Dr. José de Barros, com faculdade de subdelegação, das competências previstas nos artigos 77.º e 78.º do CCP e 35.º do PP.

19 de Agosto de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203636214

Portaria n.º 647/2010

Louvo o capitão-de-fragata de Administração Naval, NII 24186, Luís Manuel Parracho Trindade pela forma notável e muito competente como, ao longo de cerca de quatro anos, vem exercendo as funções de docente no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM).

Como professor responsável por leccionar matérias em áreas de ensino de elevada complexidade e exigência — Gestão das Organizações e Microeconomia — aos diversos cursos dos três ramos das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, bem como Gestão Pública ao Curso Complementar Naval de Guerra, o capitão-de-fragata Parracho Trindade denotou sempre elevados dotes de carácter e de excepcional competência profissional, pautando a sua actividade pela clareza e rigor conceptual, consubstanciados nos elevados conhecimentos que possui e no manifesto interesse despertado nas audiências a que se dirigiu.

Oficial dotado de grande lealdade e disponibilidade para o serviço, assim como de grande capacidade de adaptação à natureza das tarefas, demonstrou ainda considerável perseverança para melhorar as suas competências de docente, sendo de realçar o excelente trabalho desenvolvido no estabelecimento de protocolos de cooperação com a Inspeção-Geral de Finanças, com o Tribunal de Contas e, mais recentemente, com o Instituto Nacional de Administração, o que muito prestigiou e deu visibilidade à qualidade do corpo docente do IESM.

No contexto do ensino demonstrou um invulgar espírito de sacrifício ao, cumulativamente com as funções de docência, ter contribuído, através da sua acção meritória, para a concepção de um modelo de ensino superior militar no IESM, inserido na problemática da adaptação ao paradigma de Bolonha.

Em todas as actividades em que esteve envolvido, pautou sempre a sua acção pela clareza de propósitos, capacidade de análise e de decisão, reveladoras de um elevado potencial e aptidão para planear, organizar, dirigir ou chefiar, que o apontam como um oficial particularmente dotado para o desempenho de cargos de grande responsabilidade.

Pelas exemplares qualidades de abnegação, de pundonor, de lealdade e pelo excepcional espírito de integração e de cooperação demonstrados nas múltiplas actividades em que participou, o capitão-de-fragata Luís Manuel Parracho Trindade tornou-se credor do reconhecimento público ao exercer com notável eficiência as suas funções, contribuindo assim e significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Instituto de Estudos Superiores Militares e do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 3 do artigo 34.º, atento o disposto nos artigos 25.º, na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 26.º e na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional, de 2.ª classe, ao capitão-de-fragata Luís Manuel Parracho Trindade.

16 de Agosto de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203640589

Portaria n.º 648/2010

Atento o louvor concedido pelo presidente do conselho directivo do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I. P., em 13 de Janeiro de 2010, ao sargento-mor ENG 17302877, João Enes das Eiras considero que as funções por si exercidas e o valor dos serviços prestados durante a sua permanência na Secção de Obras do Centro de Apoio Social do Porto, do Instituto de Acção Social das Forças Armadas, I. P., satisfazem

zem os requisitos expressos no artigo 25.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, porquanto a sua acção contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 25.º, 26.º e alínea c) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional, de 3.ª classe, ao sargento-mor João Enes das Eiras.

16 de Agosto de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203640726

Portaria n.º 649/2010

Atento o louvor concedido pelo inspector-geral da Defesa Nacional, em 8 de Junho de 2010, ao coronel de artilharia, NIM 08055776, José Álvaro Raposo Brito da Silva, considero que o seu desempenho nas funções de inspector-coordenador e de chefe de equipa multidisciplinar na Inspeção-Geral da Defesa Nacional satisfazem os requisitos expressos no artigo 25.º do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, porquanto a sua acção contribuiu significativamente para a eficiência, prestígio e cumprimento da missão do Ministério da Defesa Nacional.

Assim, nos termos da competência que me é conferida pelo n.º 1 do artigo 34.º e atento o disposto nos artigos 25.º e 26.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º, todos do Regulamento da Medalha Militar e das Medalhas Comemorativas das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 316/2002, de 27 de Dezembro, concedo a medalha da defesa nacional, de 1.ª classe, ao coronel de artilharia José Álvaro Raposo Brito da Silva.

18 de Agosto de 2010. — O Ministro da Defesa Nacional, *Augusto Ernesto Santos Silva*.

203640523

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 13921/2010

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 78/2007, de 27 de Março, e da Portaria n.º 1113/2007, de 19 de Dezembro, e por proposta do respectivo director-geral, nomeio para exercer funções como consultora na Direcção-Geral de Administração Interna (DGAI), em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Rita Baptista da Silva Penedo, a quem respeita a nota biográfica anexa ao presente despacho, com efeitos a partir de 1 de Agosto de 2010.

19 de Agosto de 2010. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira*.

Nota curricular

I — Dados pessoais:

Nome: Rita Baptista da Silva Penedo;
Data de nascimento: 11 de Dezembro de 1975.

II — Habilitações académicas:

Pós-graduação em Crime, Violência e Segurança Interna pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (2003-2004);

Licenciatura em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa (ISCTE) (2001).

III — Experiência profissional:

Desde 2010, colabora com o Observatório do Tráfico de Seres Humanos do Ministério da Administração Interna na Unidade de Produção de Informação ao nível do seu sistema de monitorização para o tráfico de pessoas, tendo sido responsável pela elaboração do Relatório Estatístico 2009 sobre tráfico de pessoas. Desempenhou ainda a função de co-autora e formadora na acção de formação sobre Tráfico de Seres Humanos dirigida aos inspectores da Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT);

Entre 2008-2009, foi *Project Officer* do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD) junto da Direcção-Geral de

Administração Interna no projecto transnacional Trafficking in Human Beings, Data Collection and Harmonised Information Management Systems — DCIM EU (Tráfico de Seres Humanos, Sistemas de Recolha de Dados e Gestão de Informações Harmonizadas — DCIM EU), co-financiado pela Direcção-Geral da Justiça, da Liberdade e da Segurança da Comissão Europeia, com responsabilidades no desenho e implementação das bases de dados para monitorização do tráfico de seres humanos a nível nacional e europeu;

Em 2008, foi convidada do Departamento de Estado norte-americano para integrar o International Visitor Leadership Programme na área do «Combate on Trafficking in Human Beings»;

Entre 2008 e 2007, foi técnica superior de 1.º escalão e posteriormente chefe de projecto no projecto CAIM 3 (Cooperação, Acção, Investigação, Mundivisão), projecto-piloto na área da prostituição e tráfico de mulheres em Portugal, financiado pela iniciativa comunitária EQUA, no qual foi responsável pela formação e articulação com os órgãos de polícia criminal ao nível da recolha de dados sobre tráfico de pessoas;

Entre 2001 e 2006, foi bolsista em projectos de investigação científica no Instituto Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) e Centro de Investigação e Estudo de Sociologia (CIES/ISCTE);

Entre 2010 e 2003, foi oradora convidada, a nível nacional e internacional, em vários fóruns relacionados com a temática da criminalidade, nomeadamente no seminário Enhancement of Anti-Trafficking Responses in South Eastern Europe: Data Collection and Information Management — Phase II Data Processing, Maintenance and Analysis (Croácia), no Segundo Encontro sobre Tráfico de Seres Humanos, Organização das Nações Unidas e Encontro do Projecto EU-SEC II — Coordinating National Research Programmes and Policies on Security at Major Events, com a comunicação «Human Trafficking Information Management System (as 'tactical' product/tool)» (Viena), Conferência Headway — Improving Social Intervention Systems for Victims of Trafficking (Itália). Participação no grupo de trabalho Tráfico de Pessoas e Imigração Ilegal, no seminário luso-brasileiro sobre o «Tráfico de pessoas e imigração ilegal» (Portugal).

É autora e co-autora de artigos sobre criminalidade, publicados a nível nacional e internacional, assinaladamente dos artigos «Novo modelo para o conhecimento em Tráfico de Seres Humanos — A próxima etapa na recolha, análise de dados e troca de informação sobre tráfico de seres humanos» in *Colectânea Tráfico Desumano*, Cadernos da Administração Interna, Ministério da Administração Interna, co-autoria (no prelo), Relatório Final «Understanding and challenging the Domestic Violence phenomena within EU countries — Towards the development of an European consciousness», para a European Crime Prevention Network (co-autoria).

203639066

Autoridade Nacional de Protecção Civil

Despacho n.º 13922/2010

Alteração ao Despacho n.º 9390/2007, de 1 de Abril

Unidades orgânicas flexíveis da Autoridade Nacional de Protecção Civil

Através do Despacho n.º 9390/2007, de 1 de Abril, do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 100, de 24 de Maio, com as alterações introduzidas pelos Despachos n.º 9367/2008, de 11 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 64, de 1 de Abril, n.º 19714/2008, de 15 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 142, de 24 de Julho e n.º 11976/2009, de 12 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 96, de 19 de Maio, foram definidas as unidades orgânicas flexíveis da ANPC, bem como as correspondentes atribuições e competências.

O planeamento estratégico para o triénio 2010-2013 determina a necessidade de reformulação de algumas atribuições e competências previstas no supra-referido despacho e, conseqüentemente, impõe a reestruturação de algumas unidades orgânicas flexíveis, com vista a melhorar a eficiência da ANPC, em especial, no que concerne a redução de custos e a ganhos de produtividade e qualidade nos serviços prestados.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e do disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, atento o dis-